

A Índia, o NBD e o ACR do BRICS: percepções e interesses

India, NDB and CRA of the BRICS: perceptions and interests

India, NBD y ACR del BRICS: percepciones e intereses

João Paulo Nicolini Gabriel* e Carlos Eduardo Carvalho**

RESUMO

A Índia vê no BRICS possibilidades de ampliar sua inserção externa em busca de maior presença em organizações internacionais, em que se julga sub-representada, como os demais BRICS, mas busca também um contraponto “crítico” à ordem internacional para facilitar internamente seus objetivos de ampliar a aproximação com os países da OCDE e consolidar as mudanças de política econômica doméstica propostas pelo governo de Narendra Modi, empossado em 2014. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) têm grande relevância para a Índia, no sentido de viabilizar investimentos e proteção cambial. Está presente também o interesse em desenvolver um posicionamento equilibrado nas relações com a China. Esses elementos aparecem em trabalhos de intelectuais e de think tanks, reunidos aleatoriamente para um exercício analítico exploratório.

Palavras-chave: BRICS. NBD. ACR. Índia. Política externa. Narendra Modi. Política econômica.

ABSTRACT

India sees in the acronym BRICS several important possibilities to amplify its international insertion seeking to increase its participation in International Organizations that India believes are unrepresentative with emerging powers. However, concomitantly, India utilizes the BRICS as a “critical counterpoint” for the actual Global Order to smooth some issues and; therewith, widen its relations with OECD countries. It is worthwhile mentioning that those Indian international actions are important to consolidate Narendra Modi’s internal policies, whose government was sworn in at 2014. The New Development Bank (NDB) and the Contingency Reserve Arrangement (CRA) are extremely relevant for Indian foreign

* Graduando em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: joao_paulo_apd@hotmail.com

** Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. Atualmente é Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: cecarv@uol.com.br

Artigo recebido em 02/10/2015 e aceito para publicação em 10/11/2015.

policy because these international instruments can aid Indian government to fund important projects to strengthen the increasing flow of foreign direct investments to India. Furthermore, this State has an interest in developing a “balanced position” with China. All the elements presents in this essay were selected from several texts written by intellectuals and think tanks.

Keywords: BRICS. NBD. CRA. India. Foreign policy. Narendra Modi. Economic policy.

RESUMEN

La India ve en el BRICS posibilidades de ampliar su inserción externa buscando mayor presencia en organizaciones internacionales, en las que se juzga subrepresentada, como los demás BRICS, pero busca también un contrapunto “crítico” en el orden internacional para facilitar internamente sus objetivos de ampliar la aproximación con los países de la OCDE y consolidar las mudanzas de política económica doméstica propuestas por el gobierno de Narendra Modi, investido en el 2014. El Nuevo Banco de Desarrollo (NBD) y el Arreglo Contingente de Reservas (ACR) tienen gran relevancia a la India, para viabilizar inversiones y protección cambial. Está presente también el interés en desarrollar un posicionamiento equilibrado en las relaciones con China. Esos elementos aparecen en trabajos de intelectuales y de think tanks, reunidos aleatoriamente para un ejercicio analítico exploratorio.

Palabras clave: BRICS. NBD. ACR. India. Política externa. Narendra Modi. Política económica.

INTRODUÇÃO

As percepções e os objetivos dos países associados no BRICS são questões de grande interesse, por motivos conhecidos e relevantes. O artigo quer contribuir para a compreensão das posições da Índia, com base na análise de trabalhos de acadêmicos e de *think tanks* indianos e em reflexões sobre as implicações das mudanças na política externa e na política econômica do país.

O governo do primeiro-ministro Narendra Modi, empossado após a vitória de seu partido, o Bharatiya Janata Party (BJP), com maioria dos votos em 2014, quer liberalizar a economia e aproximar o país do Ocidente, em especial das nações líderes da OCDE. O realinhamento da política externa e da política econômica sofre resistências internas e a presença ativa no BRICS dá ao governo uma credencial de manutenção dos vínculos “terceiro-mundistas” que acompanham a Índia desde a independência, em 1947. Ao mesmo tempo, as relações com os países do BRICS oferecem à Índia possibilidades de equilibrar suas relações com a China, marcadas por um longo histórico de contenciosos e conflitos.

A Índia joga a carta de democracia mais populosa do mundo, “a maior democracia do mundo”, e procura se diferenciar das potências emergentes autocráticas por esse requisito, como se verifica na ênfase que atribui a iniciativas em que se identifica com Brasil e África do Sul, como o IBAS (Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul), o qual teve sua gênese na cooperação entre estas democracias na quebra de algumas patentes de remédios, no final dos anos 1990, que resultou na consolidação deste arranjo internacional com a Declaração de Brasília, em 2003. Ao mesmo tempo, a Índia procura ampliar sua cooperação com Rússia e China, em questões militares e energéticas, na Shanghai Cooperation Organization (SCO), da qual a Índia tornou-se membro pleno em meio à Cúpula dos BRICS de 2015 em Ufá – realizada no mesmo período da Reunião da SCO também em Ufá, pois a Rússia procurou alinhar as duas agendas debatidas.

No Brasil, o conhecimento sobre a Índia é menor do que deveria ser. Um motivo pode ser a admiração de correntes desenvolvimentistas pelos êxitos das políticas intervencionistas e centralizadoras da China e pelos vínculos comerciais e financeiros gerados por sua força econômica e pelo seu ativismo comercial e financeiro. É evidente que há muito a aprender com a Índia, país que mantém a institucionalidade democrática em meio a inúmeros conflitos e tensões de natureza cultural, religiosa e étnica, com um federalismo complexo e desafiador. Destaque-se o interesse da Índia por experiências brasileiras, como o Bolsa-Família.

O artigo é de natureza exploratória. A base é uma amostra aleatória de textos reunidos a partir de busca bibliográfica não sistemática, além da reconstituição de aspectos relevantes da trajetória da política externa e da política econômica da Índia, de modo a situar melhor as mudanças trazidas pelo governo de Narendra Modi, a partir de 2014.

Além desta introdução, o artigo está organizado em três seções: a primeira apresenta uma visão geral das percepções sobre o BRICS identificadas nos textos selecionados; a segunda traz um resumo da história da Índia, na política externa e na política econômica; a terceira foca nas percepções e avaliações sobre o NBD e o ACR, com uma seção de comentários e conclusões no final.

1 A ÍNDIA E O BRICS: UMA VISÃO GERAL

A Índia vê o BRICS como um importante instrumento surgido no período da globalização que pode desempenhar papel relevante nas demandas das potências emergentes dentro do sistema internacional.

In the era of regional international relations and more interdependence, organizations like the BRICS can play meaningful role in international level as well as regional in years to come. In Delhi declaration, it is called for a more representative international financial architecture, with an increase in the voice and representation of developing countries and the establishment and improvement of a just international monetary system that can serve the interests of all countries and support the development of emerging and developing economies (JAYAN, 2012, p. 363).

Para o melhor entendimento dos objetivos da Índia no BRICS deve-se analisar, dentro de sua perspectiva de política externa, como “ser um país do BRICS” pode auxiliar o país a alcançar seus interesses.

Co-operation on the economic front is one of the focus areas of India’s policy towards BRIC. It believes that global challenges can only be addressed by co-operative effort, with the full and equal participation of major and emerging powers and economies. For India, on the one hand, cooperation with other BRIC member-states provides an excellent opportunity to share its development experiences with them as well as learn from their experiences. This is more so since they share common challenges as developing countries and global challenges often affect them in a similar way. In addition to discussions about how to respond to the financial crisis, India exchanged ideas and experiences on food security, agriculture, disease, foreign aid, energy and global warming. (BISWAS, 2011).

A Índia quer definir agendas com outras potências emergentes em torno de objetivos relacionados a temas internacionais, o que inclui sua presença no BRICS e também em outros arranjos internacionais – IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), BASIC (Brasil, África do Sul, Índia, China), G20 comercial.

In general, three imperatives explain India’s approach to BRICS: (i) pursue the dialogue of the developing world, with China as a possible partner; (ii) maximize economic and political contacts at the cross-regional level, without really merging or mixing the dealings between BRICS, IBSA and BASIC; (iii) be a part of the emerging order for global issues without affecting the relations with power blocs like the United States and the EU (PANDA, 2013, p. 107).

O histórico do BRICS é conhecido: os quatro “BRIC” do acrônimo inicial, sugerido como critério para aplicações financeiras, passaram a se reunir regularmente e estabeleceram agendas de política externa e ambições comuns, o que levou à 1ª Cúpula, em Ecaterimburgo, em 2009. Nos anos em que o grupo tomou forma, os países da OCDE viviam um momento economicamente conturbado, com a crise financeira iniciada nos mercados *subprime* dos EUA em 2007-2008. Nesse contexto, os países emergentes procuraram espaços de diálogo para debater as questões internacionais e obter maior relevância nas instâncias das Organizações Internacionais existentes.

Furthermore, the monetary and economic impact of these nations emerging economies over time, both in terms of products and services as well as purchasing power through a growing consumer base is likely to fuel strong economic – and consequently – political clout. In light of this, we begin to understand a fundamental gap in the role that these countries play – or do not play, in this case. With the exception of Russia and China, none of the emerging markets have much of a say in world monetary policy and supporting institutions (e.g. IMF, World Bank) nor recognized political clout (e.g. United Nations) (NARAYANASWAMI, 2013, p. 1).

A estratégia indiana de política externa atribui um importante papel à interação entre os Estados em desenvolvimento, inclusive para compartilhar propostas e métodos de tratar questões sociais, ambientais, políticas e financeiras presentes nestes países. A Índia pretende manter uma agenda positiva de política externa com “seus pares” e, ao mesmo tempo, aproximar-se de países da OECD, principalmente os EUA.

India is also interested in BRICS because it would give Indians an opportunity to continue their maneuvering between alliances and associations, enabling them to further develop relations with states that are in conflict with one another. While improving its relations with the US, India continues to develop ties with both Russia and China. It’s easier for India to shield its joint initiatives with Russia and China from Western criticism if these initiatives were to be conducted under BRICS’ umbrella. India’s participation in BRICS is also important for its domestic politics. This is due to the fact that anti-colonial and anti-Western sentiments are still strong in the country and are being exploited by all political parties. Were it not for BRICS, India’s rapprochement with the US would encounter greater resistance inside the country. Yet as of now, the Indian authorities can always cite BRICS as proof of the country’s balanced foreign-policy course (TOPYCHAKANOV, 2015).

A era da globalização impulsionou o crescimento socioeconômico de vários países. Para Zakaria (2008, p. 11-15), o mundo vive a transição entre o sistema unipolar do pós-Guerra Fria e a multipolaridade, marcada pela “ascensão do resto”. As Organizações Internacionais do mundo do pós-guerra e de Bretton Woods passaram a ser questionadas pelas potências emergentes, que se sentem sub-representadas em seus mecanismos de decisão e na formulação de suas orientações. Os países do BRICS tornaram-se grandes contestadores destas Organizações, em busca de ampliar seus espaços.

Na visão de Panda (2012, p. 184), contudo, os BRICS não são revisionistas da Ordem Mundial, e sim dos espaços que ocupam pelas regras vigentes. A Declaração feita pelos BRICS na Cúpula de New Delhi (2012) dá elementos para justificar essa tese:

We stand ready to work with others, developed and developing countries together, on the basis of universally recognized norms of international law and multilateral decision making, to deal with the challenges and the opportunities before the world today. Strengthened representation of emerging and developing countries in the institutions of global governance will enhance their effectiveness in achieving this objective.

Dados os resultados propiciados pelas reformas liberalizantes, a Índia pôde se firmar como um ator relevante no contexto do *Rise of the Rest* e receber enorme quantidade de investimento externo de empresas multinacionais (KAUSHIK, 1997, p. 69) e um dos seus objetivos no BRICS é atrair investimentos externos desses países para ampliar este movimento. O ministro da Fazenda de P. V. Narasimha Rao em 1991 era Manmohan Singh, que depois se tornou primeiro-ministro e participou das primeiras Cúpulas dos BRICS.

In the beginning, BRICS had three main agendas: Intra BRICS cooperation, reform of the global financial institutions, and addressing issues concerning global order and global governance. The achievements in all the three fronts have been impressive. There is a robust cooperation in areas of common interest like health, inclusive sustainable growth, gender issues, education, urbanization, food and energy security, innovation and skills. Intra-BRICS trade has grown fifteen times in the period 2001-2011 and is expected to cross \$250 billion this year. This is still a very small part of the true potential that exists. The five countries are exchanging information and learning from each other's experiences and practices (VISWANATHAN, 2015, p. 37).

Dentro desse contexto de cooperação, vale destacar:

India also initiated the idea of bringing together think tanks and business publications from BRICS to promote thinking on economic linkages and developmental challenges within and outside BRICS. This suggestion took shape in the Academic Forum and the Think Tanks Council. India is the only member of BRICS that goes back to the non-aligned movement, in the framework of which it has waged a relentless struggle for democratization of the global order, be it in security, finance, information, nuclear or trade. India adapted rapidly to the global changes after the Cold War but it continued to speak up on the inequities of the international system. The continuity of this long experience has been invaluable for BRICS, which has now taken up the mantle of that struggle, initially in the international financial architecture and then in various others (SINHA, 2015).

A Índia vê no BRICS uma oportunidade para intercâmbio de informações e programas para solução de questões internas. Drèze e Sen (2013) dizem que a Índia

tem grande interesse em aprender com a eficiência de programas de distribuição de renda como o Bolsa-Família do governo brasileiro. As relações Índia-Rússia continuaram muito relevantes no comércio de armamentos e recursos para produção de energia elétrica (SIKRI, 2014). Com a China, apesar do histórico de conflitos mal resolvidos, a parceria comercial cresceu muito, tornando-a um importante parceiro comercial da Índia. Com a África do Sul, a Índia mantém forte parceria em técnicas agrícolas e linhas de crédito para desenvolver alguns setores da agricultura local (MARCHÁN, 2012, p. 6).

Estas ações agregam também elementos de aproximação com o Sul, já que a Índia é vista como o país do grupo com política externa mais “ocidentalizada” inclusive com importante esforço de aproximação com os Estados Unidos. Ou seja, o BRICS não representa para a Índia um “Não-Alinhamento 2.0”, ou um caminho ao começo de uma nova era comandada pelo “ChinIndia”, e sim um vínculo ao contexto do Sul global, juntamente com a participação no G-20, o que permite reivindicar maior participação em Organizações Internacionais, como: CSNU, FMI e Banco Mundial. Há um apelo popular na Índia pela continuidade de uma política externa com valores não alinhados e participar do BRICS atende a esse sentimento, o que facilita avançar na ampliação das relações com a Europa e, sobretudo, com os EUA. Evidencia-se assim o pragmatismo da política externa indiana nas questões sistêmicas mais relevantes.

Yet such claims overstate India's controversial negotiation behavior and omit significant successes. In many instances, it has proven to be a shrewd strategist. For example, India consistently voted with Washington against Iran's program at the IAEA, while at the same time maintaining cordial ties with the regime in Tehran. As part of the BRICS outfit, it engages in a meaningful way, but cleverly allows Russia and China to spearhead the outfit's more contentious plans - such as replacing the dollar as the world's prime currency - in order not to compromise its ties to Washington (STUENKEL, 2013, p. 422).

2 POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA ECONÔMICA: O HISTÓRICO DA ÍNDIA INDEPENDENTE E O GOVERNO MODI

A Índia tornou-se independente em 1947, depois da luta pelo fim da colonização britânica orientada pela não violência e pacifismo, com forte presença ideológica de Mahatma Gandhi. Diferentes grupos étnicos, religiosos e sociais concordavam com a ideia de uma Índia autodeterminada por sua população. Entretanto, havia divergências entre a concepção de como deveria ser organizado o subcontinente indiano. A Inglaterra promoveu a divisão da região em Índia e Paquistão Oriental e Ocidental, atendendo ao clamor dos setores Islâmicos liderados por Muhammad Ali Jinnah. Na sequência, graves conflitos provocaram muitas mortes e levaram ao deslocamento de milhões de pessoas (ANDERSON, 2012, p. 5-9).

A Índia se apresenta como “a maior democracia do mundo”, a mais populosa, com 1,28 bilhão de habitantes. Esse qualificativo recupera a herança da estabilidade institucional do país desde a Independência, em 1947, com um regime parlamentarista

consolidado pela proeminência apresentada pelo Partido do Congresso que procurou agregar diversos setores sociais em seu quadro.

Ao longo da maior parte desse período, a Índia manteve o que se chamava décadas atrás de orientação “terceiro-mundista”, ou de “não alinhamento”, nos termos do período da Guerra Fria. Isso significou que este Estado poderia tomar suas decisões de política externa de acordo com seus interesses, sem ter que se alinhar a algum dos lados da bipolaridade sistêmica. Este posicionamento obteve simpatia de outros países do Sul-global e alcançou seu ápice com a Conferência de Bandung, em 1955.

A partir das décadas finais do século XX, a Índia começou um processo de mudanças na política econômica, com foco em liberalização e maior ênfase nos mercados. Esse processo ganhou força com a surpreendente vitória do BJP, com maioria no parlamento, o que deu lugar ao governo de Narandra Modi.

Um elemento importante para o posicionamento externo da Índia vem da aceleração do crescimento econômico a partir de 2003, a ponto de pela primeira vez haver a possibilidade real de aumento do PIB superior ao da China em 2015. Os êxitos obtidos são atribuídos às reformas liberalizantes, num país em que o Estado era muito intervencionista e burocratizado. Um símbolo das reformas foi a suspensão das chamadas “licenças do Raj”, regulamentações vigentes desde o governo de Jawaharlal Nehru destinadas a regulamentar a atividade das empresas e que haviam se transformado em mecanismo facilitador de corrupção.

A partir da crise do balanço de pagamentos de 1991, as práticas de licenciamento industrial e de importações, que vinham sendo reformuladas durante a década antecedente, são praticamente eliminadas. As reformas atingem também outros setores da economia, como o setor financeiro e, principalmente, o setor externo, com o início da prática de aprovação automática para entrada de investimento estrangeiro. Considera-se que a sequência das medidas empreendidas foi fundamental para a consolidação de um setor privado capaz de competir em uma economia mais aberta. (SCHATZMANN, 2010, p. 62).

A partir da Independência, a Índia foi governada pelo Partido do Congresso que teve forte influência no processo de descolonização. Jawaharlal Nehru tornou-se o primeiro chefe de Estado local. O Partido do Congresso estabeleceu-se, na maior parte do tempo, como força hegemônica da política nacional até o final da década de 1980, com uma sequência de primeiro-ministros do Partido e parentes de Nehru – Indira Gandhi e Rajiv Gandhi.

As perspectivas indianas sobre as relações internacionais são indissociáveis do famoso discurso *Tryst with Destiny*, de Jawaharlal Nehru, em 1947, focado em ideias que vinculam a Índia com valores democráticos, anticolonialismo e pacifismo. Estes pontos deram início à política de não alinhamento: defesa dos interesses do país sem aderir a um dos lados da Guerra Fria e, ao mesmo tempo, desempenhar papel internacional relevante sem precisar contar com forte poderio militar e econômico naquela altura. (GANGULY, 2010, p.41; HILALI, 2001, p.738; GUIMARÃES, 2008, p.15).

A política econômica estabelecida desde a independência indiana ressaltava a proteção das empresas nacionais. Desde o processo de independência já se dava muita relevância à substituição de importações, caso do Plano de Mumbai, de 1944. No governo, Nehru – adepto das ideias do socialismo fabiano – adotou Planos Quinquenais para planificar certos aspectos econômicos locais e estabelecer políticas de apoio à industrialização nacional.

No plano interno a política de substituição de importações e o regime semi-autárquico vigente durante as décadas de 50 a 70 constituíram desestímulo a investimentos externos, o que prejudicou o processo de crescimento econômico do país, durante esse período e posteriormente, e assim pouco contribuiu para a construção de uma necessária infraestrutura física e para o fortalecimento das instituições sociais que ajudariam a diminuir a pobreza. A difícil situação interna contribuiu para projetar no exterior uma imagem de grande desigualdade econômica e social: de um lado viviam milhões de pessoas, em condições precárias e em extrema pobreza, pertencentes às castas mais baixas, dentre as quais os intocáveis (harijans ou dalits), e do outro uma minoria abastada e uma classe média emergente, mas ainda pouco expressiva em relação à população total (GUIMARÃES, 2008, p. 15-16).

Em 1962, uma guerra fronteiriça com a China deixou evidentes as dificuldades das forças armadas indianas. A política externa indiana pós-Nehru tornou-se mais realista, dando grande ênfase ao desenvolvimento tecnológico e militar. No governo de Indira Gandhi houve testes de armamentos nucleares, lançamento de satélites, maior aproximação com a URSS e intervenção militar no Paquistão Oriental para defender os grupos que propunham a criação de Bangladesh. A participação do Estado na economia atingiu seu ápice com a nacionalização de bancos e empresas e com a chamada Revolução Verde, mas com baixíssimo crescimento do PIB (SCHATZMANN, 2010, p. 56).

O intervencionismo estatal se manteve até o governo de Rajiv Gandhi, que procurou dar sequência e aumentar algumas reformas liberalizantes iniciadas no governo de Indira. A corrupção estatal e o déficit do balanço de pagamentos levaram o governo de P. V. Narasimha Rao a lançar uma série de políticas de liberalização da economia. É importante salientar que a Guerra do Golfo, de 1991, aumentou o preço do barril de petróleo e muitos indianos que moravam na região do Oriente Médio tiveram de voltar à Índia por causa das consequências do conflito, diminuindo o valor obtido pelas remessas vindas do exterior; além disto, havia forte pressão de empresários indianos residentes em outros países para que houvesse a desburocratização do seu Estado natal.

O período do pós-Guerra Fria reforçou as propostas de que a Índia deveria buscar ampliar sua participação dentro dos mecanismos vigentes na Ordem Mundial – OMC, por exemplo. Ademais, procurou-se estabelecer melhores relações com os países da OCDE e, concomitantemente, houve maior aproximação com outros Estados emergentes em questões internacionais. Exemplo disso foi a parceria Índia-Brasil-África do Sul na questão de propriedade intelectual de medicamentos.

A hegemonia do Partido do Congresso começou a ruir neste período. Presumia-se que a Índia seria governada apenas por governos de coalizão. Oliveira (2008, p. 146-148) ressalta que, na década de 1990, o Partido do Congresso não conseguiu obter a quantidade de votos habitual. Assim, a coalizão liderada pelo BJP subiu ao poder em 1998. É importante salientar que os novos contextos internacional e social que o país presenciava foram relevantes para que ideias do BJP fossem difundidas, pois este partido salientava a importância de construir uma Índia forte econômica e militarmente. Em 2004, a coalização UPA – liderada pelo Congresso – venceu as eleições e manteve um forte interesse em aprofundar as relações indianas com outros Estados, principalmente com os outros Estados do então BRICS e os EUA.

Em 2014, o BJP – partido opositor ao Congresso – conseguiu uma importante vitória política: a conquista da maioria das cadeiras do Parlamento permitiu a formação de governo próprio, sem coalizão, o que não ocorrera havia trinta anos. Foi uma grande mudança no quadro político, com a derrota histórica do superpoderoso Partido do Congresso e a formação do governo liderado por Narendra Modi.

Modi deixou claro que seu posicionamento externo é alçar a Índia ao *status* de grande potência e aproveitar o mundo globalizado para impulsionar os investimentos externos em seu país. Além disso, o governo do BJP propõe utilizar uma política externa pragmática para que isto o auxilie a ampliar seus programas sociais e de infraestrutura. É importante salientar que Modi procura tomar importantes medidas para padronizar as cargas tributárias dentro de seu país, atrair manufaturas e empresas de alta-tecnologia e capacitar tecnicamente o maior contingente jovem do mundo através de iniciativas como: *Make In India*, *Digital India* e o *Skill India*.

Modi conferiu grande atenção às Relações Exteriores. Procurou aproximação com o Paquistão, aprimorar as relações com os EUA e apresentou grande interesse nos BRICS. Atualmente, a Índia é um país que procura o multilateralismo como forma de exercer sua política dentro do contexto internacional de forma a propiciar melhores resultados.

Na VII Cúpula dos BRICS, realizada em Ufá, Modi sinalizou que a Índia está propensa a aumentar o grau de institucionalidade dos BRICS. Através do “Das Kadam: 10 passos para o futuro”, o primeiro-ministro indiano salientou que os BRICS devem: criar medidas para facilitar o comércio intra-BRICS; ampliar os fóruns e instrumentos de cooperação sobre temas sociais, de produção de energia, agricultura; iniciar projetos com verbas do NDB voltados à produção de energia limpa; e criar eventos cinematográficos e esportivos.

O pragmatismo da política externa indiana assume papel assaz importante no contexto do *Rise of the Rest*. É interessante salientar que Narendra Modi tenta construir a imagem da Índia como potência do futuro ligada à alta-tecnologia e combate às mazelas sociais. É evidente que os BRICS ocupam papel central no *modus-operandi* indiano dentro do atual Sistema Internacional.

A Índia, mesmo sendo criticada por ter um corpo diplomático muito pequeno em relação a outros países, tem papel ativo dentro dos BRICS. Isso se dá principalmente porque, segundo Costa Lima (2008, p. 93), pode-se falar que

a Índia vive um momento de grande otimismo. Alguns setores, como o de *software* e mesmo de *hardware*, vêm trazendo novas oportunidades e empregos para o país, com a estruturação dos grandes Parques Tecnológicos por toda a Índia, também gerando empregos de maior valor. Outros setores vêm apresentando bom comportamento, como o farmacêutico, o de defesa, de mísseis, o turismo.

Logo, esse sentimento de progresso alia-se ao pragmatismo de sua política externa e fazem-se fatores importantes no que tange ao estudo a respeito da visão indiana sobre os BRICS. Narendra Modi escreveu um texto em 2014 que reforça essa ênfase dada à proeminência indiana no contexto dos BRICS e na possibilidade de esse acrônimo servir como importante ferramenta à promoção das visões indianas sobre política externa:

India attaches high importance to the BRICS forum for promoting global economic growth, peace and stability. In the course of the past five summits and several ministerial and official processes, BRICS has made major strides in pursuit of these goals. We meet at a time of political turmoil, conflict and humanitarian crisis in several parts of the world, and persisting weakness and risks in the global economy. Many emerging economies have experienced a slowdown, which has increased the challenge of pursuing inclusive and sustainable economic development. I look at the BRICS Summit as an opportunity to discuss with my BRICS partners how we can contribute to international efforts to address regional crises, address security threats and restore a climate of peace and stability in the world. I also look forward to our discussions to further advance intra-BRICS economic cooperation and our collective efforts to advance global economic stability and prosperity. (MODI, 2014).

Por fim, e não menos importante, a Índia vê nos BRICS uma forma de evitar maiores desentendimentos diplomáticos frente às grandes potências. Por exemplo, a Índia continua a ter certas questões pendentes relacionadas à propriedade intelectual, ambientais, barreiras protecionistas com os EUA, principalmente. São emblemáticos os conflitos na OMC, os quais foram conduzidos pela Índia contra os interesses das grandes potências. Isso gera alguns desgastes na relação deste país com as potências globais; assim, para evitar isso, a Índia se alia aos seus parceiros do BRICS e possibilita um discurso multifacetado com o intuito de “compartilhar os fardos” e evitar consequências indesejáveis que prejudicariam seus objetivos internacionais.

3 O NBD E O ACR: PERCEPÇÕES E INTERESSES DA ÍNDIA

Os significados e as possibilidades abertas pelo NBD e pelo ACR são muito debatidos entre acadêmicos e analistas indianos, em especial quanto a suas relações com o sistema monetário e financeiro internacional. Muitos veem o NBD e o ACR como instrumentos para fomentar a revisão do sistema, já que os BRICS se sentem sub-representados em Organizações Internacionais como o FMI e o Banco Mundial, em que a Índia procura obter maior participação, além da reivindicação do assento de membro permanente do CSNU. Ainda assim, como outros BRICS, a Índia salienta que suas reivindicações não são de uma revisão da ordem mundial, inclusive por não estar disposta a arcar com todos os custos de ser *paymaster*, mas sim de maior compartilhamento das tomadas de decisão internacionais. Assim, a criação do NBD e do CRA surgem no contexto da falta de representatividade das Organizações Internacionais geradas em Bretton Woods, além da busca de estabelecer complementos a estas instituições, visando atender os países do Sul global prioritariamente.

It is in this context that the bold initiatives of BRICS to create two new institutions, the New Development Bank (NDB) and the Contingency Reserve Arrangement (CRA) attain significance. Here is an example of BRICS stepping forward for burden sharing. The NDB was a direct consequence of the decreasing availability of funds from the World Bank and other Multilateral Development Banks for infrastructure projects in the developing world. Similarly, the CRA is to address the short term liquidity and balance of payments difficulties of developing countries without the intrusive conditionality of the IMF. Both these have been conceived as additional facilities to complement the World Bank and IMF, and not to supplant them (VISWANATHAN, 2015, p. 39).

O NBD tem capital autorizado de US\$100 bilhões, divididos de forma igual entre os cinco sócios fundadores, sendo que US\$ 50 bilhões deverão ser integralizados de início, em parcelas. O banco tem a missão de obter recursos para financiar infraestrutura e crescimento sustentável dos países do BRICS e de outros emergentes, para complementar os empréstimos concedidos pelas outras Organizações Internacionais, como cita Yunus (2015):

Obviously, the NDB should not become another World Bank which finances the same types of projects in the same countries, using the same tools and mindset. At the same time, its purpose should not simply be to symbolize emerging countries' desire to show off their financial and political power. The reason for its creation must be very substantive. The NDB should be based on entirely new objectives, to be carried out with new strategies.

O papel da Índia na formação do NBD foi muito importante. O nome New Development Bank foi idealizado pelo governo do país e foi na Cúpula de New Delhi, em 2012, que se iniciou o projeto para sua criação. A aprovação final na Cúpula de Fortaleza, em 2014, foi um momento em que a Índia pôde comemorar importantes vitórias diplomáticas, como a distribuição igualitária do capital, garantia de que todos

os membros terão pesos iguais na tomada de decisão. A Índia, inicialmente, temia possíveis distorções devido a visões diferentes que os chineses poderiam ter sobre a instituição.

China's special relations with BRICS members, noted above, are not exactly in consonance with those of India. For example, China seems to have a difference of opinion with India over the structure and functioning of the establishment of the BRICS multilateral bank: these include the appointment of the head, the rotation policy for its presidency, and establishment of the BRICS headquarters. History suggests that China wants to have a dominant say in such issues, which India would naturally not want to allow, asserting its own rights of sovereignty. Consider, for example, the Chinese arrogance where the SCO [Shanghai Cooperation Organization] is concerned: (i) the SCO is named after Shanghai; (ii) the secretariat is sited in Beijing; and (iii) a Chinese diplomat was appointed as the first secretary general of the SCO (PANDA, 2012, p. 188).

A percepção indiana é muito otimista com a possibilidade de o NBD facilitar o repasse de verbas para obras relacionadas à produção de energia, rodovias e outros. O primeiro presidente será indiano, K. V. Kamath, um veterano banqueiro com relevante atuação no sistema bancário de seu país e no Asian Development Bank. Todavia, o jornal *Financial Times*, em 15 de julho de 2015, reportou que a escolha de Xangai para sede do NBD deixou os indianos desgostosos, pois havia expectativa de ter a sede na Índia. Percebe-se que o país tem receios quanto à forma de a China lidar com o contexto dos BRICS e os dois países já apresentaram diferentes visões em outras instituições financeiras ou em temas internacionais.

No common perspective between the two Asian neighbors seems to be developing on global oil and commodity prices, global economic imbalances and trade protectionism. In ADB, India and China entered into a dispute when India applied for a financial loan package for infrastructure development in its state of Arunachal Pradesh (PANDA, 2012, p. 189).

A Índia vê no Arranjo Contingente de Reservas um fundo importante para lidar com impactos de crises financeiras internacionais. Contudo, no ACR o comprometimento financeiro da China é de US\$ 41 bilhões, contra US\$ 18 bilhões da Índia, mesmo valor previsto para Brasil e Rússia. Muitos analistas apontam que o maior volume de recursos da China poderia permitir a utilização de renmimbi nos acordos de *swaps*, mas o documento de Fortaleza determina que as “trocas” de reservas deverão ser feitas em dólares contra a moeda do país demandante de ajuda.

A reticência da Índia com a divisão de recursos no CRA era uma possível tentativa de defender a igualdade entre os membros nos arranjos financeiros dos BRICS. Esse receio pode ter sido superado em Fortaleza, já que, dentro do conceito de *checks-and-balances*, há a percepção de que este trará grandes ganhos ao setor empresarial local com uma possível ampliação do comércio intra-BRICS com a internacionalização dos “5 Rs” – rand, real, renminbi, rúpia e rublo.

The creation of regional monetary arrangements and changes to the international currency reserve system are proposals that have been received with excitement and anticipation across the civil society, media and academic respondents of this study. Some believe that the establishment of financial institutions that are independent of the Washington influence will strengthen regional trade and business priorities, while also providing space to do away with IMF-type fiscal policies that have prevented countries from scaling up public investment in social spending, employment creation and essential services (JOHN, 2012, p. 12-13).

Modi garantiu a aprovação parlamentar das instituições financeiras dos BRICS em 2014, antes da China. A visão indiana sobre o ACR e o NBD é muito otimista com a percepção de que a globalização trouxe oportunidades para os países emergentes de criar instituições internacionais, como aponta Viswanathan (2015, p. 39):

Nonetheless, there is an important political message in the creation of NDB and CRA. They are financial institutions and will naturally work on economic principles to be successful; but, the fact remains that this is the first time in 200 years that a global institution has been created without the participation of the developed west. This, by itself, is significant. Many see this as a wakeup call for other outdated global institutions. Some even argue that had the World Bank and IMF changed with changing circumstances, there may not have been the need for the NDB and CRA.

O ACR e o NBD são vistos como importantes instrumentos para a Índia, pois há um contínuo déficit na balança de pagamentos local devido ao grande contingente importado de matérias-primas para a produção de energia. Assim, a possibilidade de ter fundos disponíveis com maior facilidade amplia a capacidade de proteger a rúpia e a economia indiana diante de instabilidades e crises cambiais, ou seja, maior capacidade de sustentar as importações e os públicos em infraestrutura e programas sociais.

Contingency Reserve Fund' which holds \$ 100 b will act as buffer for member economies in times of international or domestic distress. China's contribution is \$ 41b, South Africa's is \$5 b, other three countries contribute balance \$ 54 equally. Violent instability in international economy since 2008 crisis has made developing economies much vulnerable. International funds are moving back and forth in economies on short term basis. As a result almost all currencies have touched new highs and lows during this short time. Programs like US quantitative easing and contraction are responsible for this, equally responsible are the fluctuation in policy/bank rates in the west. If in a short time India suffers huge outflow from its FOREX reserve (though we have more than sufficient now), so that it is not able to fulfil its payment obligation under current account (excess imports over exports), she will have to approach IMF. This outflow if any will also result in crash of rupee, making things worse. So, CRF hedges member countries against such risks (LOK SABHA TV INSIGHTS, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muito otimistas as percepções e as expectativas da Índia sobre o BRICS. O NBD é visto como importante fonte de recursos para ampliar os investimentos em infraestrutura, especialmente em energia e transporte, necessários para sustentar o crescimento acelerado que o país alcançou nos últimos anos. O ACR é visto como proteção cambial significativa, diante do déficit externo persistente, em especial em energia, e da necessidade de proteção contra a instabilidade financeira internacional. Além disso, a presença do BRICS mantém as tradições “terceiro-mundistas” da política externa desenvolvida desde a Independência, enquanto o governo atual, de Narendra Modi, procura acentuar a aproximação com os EUA e a Europa.

A Índia encontra-se em processo de redefinição de sua imagem internacional. Cresceu a inserção em organizações e arranjos internacionais, em meio a crescente otimismo dentro da sociedade indiana sobre o futuro, inclusive pelo fato de a Índia ter se tornado referência internacional em diversas áreas, como serviços, alta tecnologia e indústria farmacêutica.

O governo de Manmohan Singh foi muito importante para a consolidação do papel indiano no BRICS e ampliação da atuação da Índia em questões internacionais. Contudo, o desgaste sofrido pela coalizção governista e, principalmente, com o Partido do Congresso, fez com que o BJP voltasse ao governo com a nomeação de Narendra Modi como primeiro-ministro, em 2014.

Modi tem grande apreço por temas de política externa. Procura sempre viajar e demonstrar aos investidores externos como “o futuro da Índia está brilhando”. Juntamente com Sushma Swaraj, atual ministra de negócios exteriores, o primeiro-ministro atua para aprofundar as relações indianas com a Europa, os EUA e o Sul global. Dá-se grande importância aos BRICS, pois este acrônimo abre possibilidades para que setores governamentais e a sociedade civil indiana possam ampliar suas relações com outras grandes potências emergentes.

A Cúpula dos BRICS de 2016 será realizada em New Delhi. Será a primeira com Modi no cargo de chefe de Estado. Esse é um momento interessante para a Índia realizar este evento, pois seu crescimento econômico em 2015 será o maior entre os países do BRICS. Destarte, pode-se considerar um importante momento para a Índia consolidar suas posições em favor da reforma das instituições internacionais e ampliar suas relações com os países da OCDE.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Why Partition? **London Review of Books**, v.34, n.14, p.11-19, 2012.
- BISWAS, A. **Foreign relations of India: BRICS and India, BRICS in Africa**, 2011. Disponível em: <<http://en.interaffairs.ru/events/92-foreign-relations-of-india-brics-and-india-brics-in-africa.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- COSTA LIMA, M. Índia: avanços, problemas e perspectivas. **Textos acadêmicos: Índia**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, p.85-99, 2008.
- DRÈZE, J.; SEN, A. **An uncertain glory: India and its contradictions**. Princeton University Press, 2013.
- FINANCIAL TIMES. **Shanghai wins race to host new Brics bank**. 15 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/0/bfc8251c-0c30-11e4-9080-00144feabdc0.html#axzz3ptEvLWGf>>. Acesso em: 02 out. 2015.
- GANGULY, S. (Ed.). **India's foreign policy: retrospect and prospect**. Oxford University Press, 2010.
- GUIMARÃES, L. L. Política externa e segurança da Índia: implicações para o fórum IBAS. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 3. **Anais...** Brasília, FUNAG, 2008.
- HILALI, A. Z. India's Strategic Thinking and Its National Security Policy. In: Asian Survey, v.41, n.5, p.737-764, 2001.
- JAYAN, P. A. BRICS: advancing cooperation and strengthening regionalism. **India quarterly: A Journal of International Affairs**, v.68, n.4, p.363-384, 2012.
- JOHN, L. Engaging BRICS. **OXFAM India Working Papers Series**, n.12, set. 2012.
- KAUSHIK, S. K. India's evolving economic model. **American Journal of Economics and Sociology**, v.56, n.1, p.69-84, 1997.
- LOK SABHA TV INSIGHTS. **BRICS new development bank and India**. Disponível em: <<http://www.insightsonindia.com/2015/07/08/lok-sabha-tv-insights-brics-new-development-bank-and-india/>>. Acesso em: 12 out. 2015.
- MARCHÁN, E. **India and Brazil: new models for cooperation**, 2012.
- MODI, N. **PM's departure statement ahead of his visit to Brazil to attend the sixth BRICS summit**. 2014. Disponível em: <http://pmindia.gov.in/en/news_updates/pms-departure-statement-ahead-of-his-visit-to-brazil-to-attend-the-sixth-brics-summit/>. Acesso em: 24 set. 2015.
- NARAYANASWAMI, K. **BRIC economies & foreign policy**. Cambridge: GOVT E 1897: American Foreign Policy, Harvard University, 2013.
- NEHRU, J. Tryst with destiny. **Kurukshetra-New Delhi**, v.45, p.37, 1997.
- OLIVEIRA, A. P. de. **Índia: estratégia e política externa**. Campinas, 2008.
- PANDA, J. P. A 'BRICS' Wall? the complexity of China-India multilateral politics. **Indian Foreign Affairs Journal**, v.7, n.2, p.175, 2012.
- PANDA, J. P. **BRICS and the China-India construct: a new world order in making?** Institute for Defence Studies and Analyses, 2013.

- SCHATZMANN, S. **Inserção internacional e desenvolvimento econômico em países emergentes: o caso da Índia**. Rio Grande do Sul, 2010.
- SIKRI, R. **BRICS becoming a significant alternative voice in the international arena**. 2014. Disponível em: <<https://www.rt.com/op-edge/213115-india-russia-putin-cooperation/>>. Acesso em: 24 set. 2015.
- SINHA, D. **Role of India in BRICS**. 2015. Disponível em: <<http://www.mea.gov.in/distinguished-lectures-detail.htm?285>>. Acesso em: 11 jul. 2015.
- STUENKEL, O. Emerging India: a farewell to multilateralism? **Indian Foreign Affairs Journal**, v.8, n.4, p.413, 2013.
- TOPYCHKANOV, P. **Why do Brazil, Russia, India and China need BRICS?** Carnegie Moscow Center, 2015. Disponível em: <<http://carnegie.ru/2015/07/08/why-do-brazil-russia-india-and-china-need-brics/ijuj>>. Acesso em: 23 out. 2015.
- VISWANATHAN H.H.S. **BRICS: a new paradigm for a globalised world**. Distinguished Fellow, Observer Research Foundation, 2015.
- YUNUS, M. A new bank for a new era. **The Hindu**, 08 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/opinion/op-ed/annual-brics-summit-a-new-brics-bank-for-a-new-era/article7396012.ece>>. Acesso em: 24 set. 2015.
- ZAKARIA, F. **The post-American world**. WW Norton & Company, 2008.